

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R314	Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-244-9 DOI 10.22533/at.ed.449200308 1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado. 2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO

Cleber Duarte Coelho
(UFSC/Florianópolis)

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar as contendas existentes entre o catolicismo popular (ou catolicismo rústico) e o catolicismo ortodoxo no contexto histórico referente ao período que envolve a Guerra do Contestado (1912-1916). Objetivamos estabelecer de modo significativo as características que diferenciam os princípios destas manifestações religiosas, bem como analisar porque as contendas entre estas duas formas de catolicismo foram de extrema relevância inclusive para a eclosão da Guerra do Contestado. Para tanto, através do método de análise bibliográfica, objetivamos investigar as formas de manifestação religiosa ligadas aos caboclos e aos monges João Maria e José Maria, estabelecendo contrapontos com as tentativas de imposição do catolicismo ortodoxo, sobretudo a partir da chegada dos missionários franciscanos vindos da Alemanha à região contestada. Deste modo, não objetivamos aqui analisar a guerra em si, mas as manifestações religiosas dos caboclos e da Igreja oficial no contexto que antecedeu a guerra e até a sua eclosão, pois, como buscaremos demonstrar, a relação dos caboclos com os monges e a relação da

Igreja com os caboclos, com o Estado e com as elites locais, foram decisivas para que a guerra eclodisse.

Adotamos aqui as expressões “catolicismo popular” e “catolicismo ortodoxo” por motivos didáticos, no intuito de facilitar ao leitor a identificação destas duas formas de manifestação de catolicismo. A primeira delas, que diz respeito aos caboclos da região contestada e que ao longo deste trabalho chamaremos de “catolicismo popular” (ou catolicismo rústico), se refere a um tipo de manifestação vivida pelos caboclos do Contestado e que estava mais ligada a um modo de vida e a determinadas práticas de rituais cotidianos (como rezas e benzeduras). Este catolicismo popular, que aqui estudaremos, estava muito mais ligado a um modo de ser no mundo que a uma instituição e hierarquias normativas impostas por dogmas que pouco ou nada significavam aos caboclos. Além disso, a história do catolicismo rústico no Contestado está ligada de forma definitiva às peripécias reais e às lendas a respeito de alguns *monges*, beatos rezadores e curadores itinerantes cuja passagem pelo Sul do Brasil deixou marcas visíveis até hoje (MONTEIRO, 1974, p. 81). Para caracterizarmos de forma mais específica a referência cultural que influenciou o imaginário dos caboclos, convém ressaltar que (SERPA, 1997, p.55) a religiosidade de homens e mulheres de Desterro/Florianópolis,

Laguna e Lages foi tributária do catolicismo popular português do século XVI, que por sua vez era proveniente da tradição medieval pré-tridentina.

A outra forma de catolicismo que aqui abordaremos, que didaticamente chamamos de catolicismo ortodoxo, diz respeito a um tipo de cultura religiosa cuja tentativa de implementação na região contestada passou a existir no fim do século XIX com a chegada, em Santa Catarina, de missionários franciscanos provenientes da região da Saxônia, na Alemanha. Este catolicismo ortodoxo, como veremos, era contrário e avesso às diversas formas de manifestações de catolicismo popular (entre elas, o culto e a reverência aos monges peregrinos), pois se alicerçava na tentativa de europeização de costumes e hábitos das pessoas que, no entendimento dos padres missionários, deveriam entender o sentido do catolicismo romano e introjetar acriticamente os princípios da “verdadeira religião”. Princípios estes que, na prática, quase nenhuma relação tinham com o modo como os caboclos vivenciavam, em seu cotidiano, a devoção religiosa. Esta forma de catolicismo, que aqui chamamos de ortodoxo (para diferenciá-lo do catolicismo popular ou rústico) é denominado por Élio Serpa como catolicismo romanizado (SERPA, 1997, p. 85). Serpa define com maestria esta forma de catolicismo que se instalou no Brasil no final do século XIX e que estava fortemente aliado ao Estado (poder político) e às elites locais:

A romanização no Brasil se esboçou a partir da segunda metade do século XIX, quando na Europa já se vivenciava o desejo de construção de uma Igreja Universal, tendo à frente o Papa Pio IX que defendia e exigia dos seus subordinados a adesão aos princípios de uma Igreja fortemente centralizadora. Para dar maior ênfase ao processo de desencadeamento do catolicismo romanizado, Pio IX publicou o *Syllabus errorum e a Quanta Cura* (1848) delimitando o relacionamento entre Igreja e o Mundo. Fundou, em 1850, o Pontifício Colégio Latino-Americano, em que se formaram futuros sacerdotes com mentalidade ultramontana, proclamou o dogma da Imaculada Conceição e realizou o Concílio Vaticano I, afirmando o dogma da infalibilidade Pontifícia. (SERPA, 1997, p. 85-86)

Quando estudamos as diversas formas de manifestação dos modos de vida cabocla no período histórico denominado como Contestado, constatamos uma série de práticas religiosas que associaremos aqui a formas de manifestação da cultura popular. Estas manifestações, tais como batizados, casamentos, benzimentos, rezas coletivas, dentre tantos outros modos de manifestação, caracterizavam-se como pilar fundamental da identidade religiosa cabocla, tão esvaziada de condições materiais básicas necessárias à existência. A respeito da importância da vivência religiosa no contexto que antecede e perpassa a Guerra do Contestado, Marli Auras nos oferece preciosa explicação:

Tendo em vista a pobreza – em todos os sentidos – reinante, a religião é o único apanágio do sertanejo: ante a insegurança e a violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; ante a impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes às contradições vividas, ela apresenta um conjunto de certezas fundamentais. Em face de um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua própria identidade – pela religião

ele reproduzia conhecimentos antigos e pela religião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar o seu dia a dia (AURAS, 2015, p. 54).

A forma como os caboclos viviam a sua religiosidade e constituíam sua identidade não estava atrelada a um caráter hierárquico estabelecido pela Igreja enquanto instituição reguladora. A fé destas pessoas se manifestava em práticas e ritos cotidianos que não dependiam necessariamente do aval de um sacerdote. Devoção aos santos, festas, novenas, promessas e benzeduras eram elementos fortes do catolicismo popular e se caracterizavam pelo seu caráter festivo, pela interpenetração entre o sagrado e o profano e pela mínima ingerência da hierarquia eclesiástica (SERPA, 1997, p.55).

Para enfatizar o contexto histórico de nossa pesquisa, lembramos aqui que estamos analisando o período histórico da segunda metade do século XVIII e início do século XIX na região contestada entre os estados do Paraná e Santa Catarina (e até mesmo pelo país Argentino, que por um período também reivindicou estas terras). Neste período, a religião dos caboclos não era caracterizada pelo cumprimento de dogmas e práticas impostas por sacerdotes. Não havia uma imposição, em termos hierárquicos eclesiais, de cumprimento cego e concordância inquestionável com ritos e práticas que se caracterizariam como práticas vazias de significados para estas pessoas que entendiam o sentimento religioso como algo extremamente atrelado ao seu cotidiano. Neste contexto, a prática do catolicismo popular fazia parte do *éthos* dos caboclos, mas não apenas deles. Esta forma de catolicismo era presente também no cotidiano, ao menos no período anterior à guerra e à chegada dos missionários franciscanos, dos mais privilegiados socialmente:

A prática do catolicismo popular dava-se em oratórios existentes nas residências, onde as pessoas pobres, em um canto da sala, colocavam a imagem ou estampa do santo predileto, buscando proteção para a família e ajuda nas dificuldades do dia-a-dia. Já nas fazendas, existiam oratórios mais arrojados, com imagem do santo de devoção da família do fazendeiro que reunia a família, os escravos e agregados para prestar o culto ao santo. Em lugares densamente povoados, existiam capelas, onde a comunidade se reunia para rezar o terço, fazer novena ao santo de devoção e, devido à ausência do padre, assumia a direção dos rituais religiosos uma pessoa de localidade: o capelão ou puxador de rezas (SERPA, 1997, p. 54).

2 | OS TRÊS MONGES

O principal expoente desta manifestação de catolicismo popular é o monge João Maria, considerado pelos caboclos como sendo um grande curandeiro e que, em seu *modus vivendi*, supria no modo de vida dos caboclos a necessidade de um sacerdotal oficial. Não porque rezava missas, mas porque batizava muitas crianças e aceitava apadrinha-las, benzia o gado e a horta, e orientava espiritualmente estas pessoas através de sua conduta e seu exemplo. Três personalidades foram fundamentais na construção desta identidade cabocla. São eles: o monge João Maria de Agostinho, que percorreu a região contestada a

partir de 1850 (portanto, bem antes da eclosão da Guerra); João Maria de Jesus, aparecido na década de 1890 (AURAS, 2015, p. 53), cujo nome verdadeiro era Atanás Marcaf, e José Maria (Miguel Lucena de Boaventura), aparecido na região contestada na década de 1910 (AURAS, 2015, p.53). Estas três personalidades, no mais das vezes, representam para os caboclos da região contestada um único indivíduo, como bem aponta Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2017, p. 163-164): a figura deste monge curandeiro, conselheiro e profeta, pode ter as mais diferentes origens e épocas distintas, mas, para o habitante do planalto catarinense, só existiu um monge João Maria.

É importante ressaltar, no entanto, que cada uma destas personalidades ocupa papel distinto no contexto da guerra do Contestado. O primeiro monge, João Maria de Agostinho, como já apontamos, não teve uma relação direta com a guerra. Seu papel fundamental e extremamente simbólico, diz respeito ao modo como representou, no imaginário caboclo, o entendimento da vivência da religiosidade e dos valores deste mundo. Tânia Welter, em seu belo trabalho sobre João Maria de Agostinho, enfatiza o quanto os caboclos até os dias de hoje se identificam com a figura deste homem que consideram santo, e que aprenderam a venerar através da tradição oral que lhes foi repassada por seus antepassados. Esta veneração envolve também a construção da própria autoestima dos caboclos, pois identificavam neste homem, considerado santo, alguém que era tão simples e humilde quanto os próprios caboclos, e que, apesar de asceta e peregrino, não se furtava do convívio com estas pessoas com as quais se colocava em pé de igualdade (WELTER, 2018, p.97) :

A afirmação a respeito de sua simplicidade vem geralmente acompanhada de uma autoidentificação: “era simples, como nós”. Desta maneira, indica uma identidade, o “nós” (os simples e caridosos) que está se contrapondo a “eles” (os não simples e caridosos). A identidade é formalizada a partir de elementos positivos (valores cristãos) de pertencimento ao grupo e contrastada com os elementos negativos do outro. Os valores cristãos são os elementos demarcadores desta identidade, pois “simples” como determinante do pertencimento ao “nós” estaria relacionado a valores como humildade, caridade, pureza e piedade.

Há neste primeiro monge, João Maria de Agostinho, outra característica peculiar, como aponta Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2017, p. 164): é importante observar que o primeiro monge João Maria tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja Católica. O mesmo já não podemos afirmar dos dois monges que vieram após João Maria de Agostinho, que tiveram sérias contendas com frei Rogério Neuhaus (como veremos).

Como já afirmamos anteriormente, este primeiro monge identificado como João Maria (João Maria de Agostinho) transitou pela região contestada entre o fim da década de 1840 e início da década de 1860, mais de cinquenta anos antes da eclosão da guerra, portanto. Karsburg (2018, p.127) nos informa que o monge João Maria de Agostinho chegou a Santa Catarina (Desterro) no fim de 1848, mais de sessenta anos antes da eclosão do conflito.

No entanto, se pudéssemos apontar uma relação indireta deste monge com a guerra, diríamos que a sua conduta e atitude junto àqueles que o conheceram foi fundamental para o fortalecimento da identidade cabocla. Este termo, caboclo, costumeiramente se refere a pessoas desprovidas do olhar e da assistência mínima do Estado, muitas vezes expropriados do pouco que tinham pelos que possuíam mais poder. Os caboclos (WELTER, 2018, p. 20)

eram índios amansados e desenraizados, negros libertos ou escravos, brancos foragidos e toda sorte de indivíduos em busca de autonomia. A partir dessa condição, um modo de vida foi engendrado. A colonização dessas regiões pelos europeus ou seus descendentes significou para o segmento caboclo um confronto que resultaria em um processo de expropriação da terra, violências diversas e subordinação ao novo grupo. Do confronto entre os dois segmentos surgiram algumas estratégias de sobrevivência. Estas estratégias refletem-se na construção da identidade dos diversos grupos. É assim que, no Oeste catarinense, grupos de caboclos vão se transformando em brasileiros, em oposição aos italianos e alemães.

O monge João Maria de Agostinho foi uma grande referência espiritual para estas pessoas que não eram vistas pelo Estado: seja por puro descaso, seja porque simplesmente o Estado, enquanto instituição social, não chegava até eles para lhes oferecer o mínimo necessário para estarem incluídos enquanto seres pertencentes a uma sociedade contratual constituída. Os caboclos eram pessoas entregues à própria sorte e à exploração dos coronéis, que usurparam sua força de trabalho em troca de um punhado de terra que poderia lhes ser expropriada sem que se pedisse licença. Neste sentido, estavam submetidos à constantes inseguranças e incertezas frente às necessidades básicas de subsistência cotidiana. Neste sentido, a religiosidade que fazia parte do *éthos* vivenciado pelos caboclos representava grande fortaleza frente às imensas adversidades da vida.

Este primeiro monge, João Maria de Agostinho, nascido na Itália e peregrino em tantos países, teve papel fundamental na construção do imaginário da religiosidade popular e rústica dos caboclos desta região onde se deu o conflito denominado Guerra do Contestado. Suas práticas engendraram no imaginário dos caboclos uma vivência religiosa vinculada à prática cotidiana, à vivência religiosa que deveria estar atenta aos sinais da natureza, ao respeito pela natureza, a uma ética do cotidiano que deveria perpassar as relações.

Para os caboclos da região contestada a presença do monge João Maria de Agostinho representava a própria presença de Deus entre eles, num fenômeno caracterizado pelos historiadores como messianismo, conceito este que não pretendemos abordar diretamente neste trabalho. João Maria de Agostinho foi um monge peregrino e eremita, que nunca se demorava muito tempo num mesmo lugar: como dizem os caboclos, ele dormia e não amanhecia (MACHADO, 2008, p.262). Enfatizamos que João Maria de Agostinho foi o primeiro grande expoente de um tipo de experiência religiosa, que chamamos aqui de catolicismo popular ou rústico. Este *éthos* religioso permaneceu entranhado à cultura cabocla não apenas na época em que passou pela região contestada, mas teve forte

influência (ainda que indireta) no contexto da Guerra do Contestado:

Um joanino intelectualizado de Curitiba definiu João Maria como “Deus concreto”, fundador da “Religião Santa”. Esta religião seria composta de práticas, rituais, cantos, orações oriundas do povo, com características regionais e administração laica. Na interpretação dele, é durante a Guerra do Contestado que começa o processo de divinização de João Maria, escolhido por ser o “Deus do caboclo”. Isto ocorreu especialmente como represália contra os padres franciscanos, “que não foram bem-vindos aqui pelo sertanejo da época”, falavam uma língua estranha e faziam exigências aos sertanejos, e também para se opor à Igreja Católica. Relata que eles negaram aquele Deus sobrenatural, que eles não conheciam, e escolheram João Maria porque era um ser concreto. A “Religião Santa” teria surgido assim e, apesar de se assemelhar muito com o catolicismo rústico vivenciado no período anterior à Guerra do Contestado, se diferencia deste pela substituição do “Deus sobrenatural, até abstrato” pelo Deus concreto, o Deus do oco das imbuías, o Deus dos caboclos, São João Maria (WELTER, 2018, p. 110).

Como já vimos, o monge João Maria de Agostinho não teve uma relação direta com a Guerra do Contestado, no entanto, seu legado para a constituição do imaginário religioso dos caboclos do contestado é inegável. João Maria de Agostinho, embora não gostasse de ajuntamento de pessoas ao seu redor, plantou profundas sementes de uma fé que caracteriza o catolicismo rústico e que tem como símbolo também as cruzes de cedro que ele plantava onde passava. Dentre essas cruzes que simbolizam sua passagem pela região onde passava, encontra-se a cruz em Lages de onde foi originada uma capela que gerou fortes contendas com os franciscanos que ali missionaram décadas depois. Segundo Élio Serpa (SERPA, 1997, p.203):

A capela de Santa Cruz, da cidade de Lages, representava para a maioria da população um marco significativo da presença de João Maria de Agostinho que, nas suas andanças pelo interior do Estado de Santa Catarina, deixou sua marca registrada na cidade de Lages, plantando uma cruz onde se originou uma capela, construída com o esforço dos seus devotos. Em torno da cruz surgiram “muitas lendas e verdades” e a capela constituiu-se num foco de conflitos entre franciscanos e os devotos da Santa Cruz.

Podemos perceber, como atesta Serpa, que a cruz plantada pelo monge João Maria de Agostinho representava um símbolo santo entre os caboclos, e estes construíram uma capela ao redor da cruz sem recorrer a um único centavo da Igreja oficial ou das elites locais. Posteriormente, quando os franciscanos atuaram na região (décadas após o plantio da cruz e da construção da capela), negavam-se a rezar missas nesta capela. Investiram na distorção deste símbolo do catolicismo popular, pois (SERPA, 1997, p.150) procuraram descaracterizar sua origem, dizendo que “a cruz e a capela foram plantadas por um missionário”. Numa estratégia clara de boicote às manifestações da religiosidade popular, ao culto à imagem do monge João Maria de Agostinho, o que desagradava e muito a Igreja oficial, a capela propositalmente foi desprezada pelos franciscanos. A capela estrategicamente foi boicotada, e suas ruínas denunciavam a estratégia dos franciscanos: manter a indiferença em relação às manifestações religiosas populares. Enfim, como a

Igreja oficial queria, a licença de construção de uma nova capela, dada pela autoridade diocesana, com a aprovação do poder público municipal, acabaria por colocar a capela de Santa Cruz sob a tutela da Igreja. Este caso evidencia o quanto a Igreja oficial pretendia ter os caboclos sob os domínios de seus tentáculos.

O catolicismo rústico, como estamos vendo, ganhou muita força e uma nova identidade com a presença do monge João Maria de Agostini na região contestada. Este monge atuou na região até meados de 1870, quando não foi mais visto nestas localidades (MACHADO, 2008, p. 26). A “Religião Santa”, acima citada, surge no contexto da Guerra do Contestado, já sob a influência direta do terceiro monge: José Maria. Mas antes vamos analisar a presença e a importância do segundo monge entre os caboclos, João Maria de Jesus.

3 | JOÃO MARIA DE JESUS

João Maria de Jesus, o segundo monge que teve forte influência sobre o catolicismo popular e rústico na região contestada, diferentemente de João Maria de Agostinho, não teve uma boa relação com a Igreja oficial. Este segundo monge teve contato com Frei Rogério Neuhaus, sacerdote franciscano oriundo da região da Saxônia, que teve a missão de difundir o catolicismo romano na região do planalto. Frei Rogério nasceu em 1863 e, segundo Marli Auras, foi ordenado sacerdote franciscano em 1890 e (AURAS, 1984, p. 58) chegou em Santa Catarina (Desterro) em 10 de dezembro de 1891.

Santa Catarina dispunha de poucos sacerdotes e a principal função destes sacerdotes importados, lembrando que frei Rogério veio acompanhado de outros franciscanos, era tomar conta das paróquias e difundir o catolicismo ortodoxo romano. Segundo Marli Auras (AURAS, 1984, p. 59) em fevereiro de 1892 frei Rogério chega a Lages, depois de uma longa viagem a cavalo pelas picadas já abertas em meio à mata e inúmeras travessias de rios.

Voltemos a João Maria de Jesus, no intuito de mostrar como e porque este monge teve sérias contendas com frei Rogério, representante da Igreja oficial. Contendas estas que explicitam as rugas existentes entre catolicismo rústico e catolicismo ortodoxo no contexto do Contestado. Paulo Pinheiro Machado (MACHADO, 2004, p. 167) aponta que:

O segundo monge foi João Maria de Jesus, o qual o coronel Pinto Soares afirmou ser um imigrante sírio de nome Anastas Marcaf. Testemunhos diretos afirmam que João Maria de Jesus tinha fala acastelhanada, era proveniente de Buenos Aires e peregrinou pelo planalto entre 1890 e 1908. Afirmando que estava pagando uma penitência, este João Maria, além da relativa semelhança física com o primeiro, adotou várias práticas do monge desaparecido. Vários cruzeiros foram erigidos, várias “águas santas” foram sinalizadas pelo segundo monge, que também evitava aglomeração de fiéis, ficando muito pouco tempo em cada região que passava – “ele dormia e não amanhecia”. Porém algumas diferenças eram marcantes: João Maria de Jesus não aprovava o fim da Monarquia, ou melhor, era contrário à República, foi simpático aos federalistas no período 1893-1895, teve uma relação hostil com o clero católico, fazia batizados, propalava um discurso apocalíptico com grande receptividade no planalto.

Nossa pesquisa aponta para a constatação de que João Maria de Jesus, embora fosse também um andarilho e penitente, que não se demorava em meio às pessoas, exercia entre os caboclos do contestado um forte poder espiritual. Assemelhava-se ao monge João Maria de Agostinho no porte físico, nas vestimentas, e também nas práticas de orientações quanto ao modo de vida e às condutas necessárias para as pessoas bem se guiarem no mundo. Marli Auras atesta que (AURAS, 2015, p.55):

João Maria (de Jesus) preenchia também as funções de sacerdote: dirigia rezas coletivas, e cânticos religiosos, batizava, casava, dava “bons conselhos”, benzia as roças e o gado. Nada cobrava pelos serviços prestados. Qualquer presente que acaso lhe fosse ofertado – cavalos, porcos, vacas, etc. – era imediatamente distribuído entre seus inúmeros afilhados. O monge falava a linguagem do mais despojado dos homens dos sertões contestados. Vivia a condição de vida deles. Como caboclo, ele também não tinha propriedades. Dispunha, no entanto, de um poder mais forte – o poder dos deuses -, capaz de resolver os piores problemas terrenos.

Neste contexto, é necessário levarmos em consideração que a instalação dos franciscanos no planalto catarinense objetivava impor um tipo de catolicismo hierarquizado e recheado de práticas desconhecidas pelos caboclos, e que, além disso, o catolicismo ortodoxo e erudito, do qual os franciscanos eram representantes, sempre esteve ao lado dos que detinham o poder (as elites locais e o governantes), nunca ao lado dos desassistidos e mais necessitados.

Santa Catarina, neste período (fins do século XIX), começava a receber remessas de imigrantes alemães, italianos, e também de outras nações. Um novo projeto de civilização passou a ser buscado pelo Estado, onde os caboclos, índios e negros, os miscigenados, ficavam em segundo plano na construção deste novo projeto de brasilidade que buscava copiar um modelo branco europeu. Na esteira disso foram gerados também fortes conflitos entre o catolicismo popular ou rústico e o catolicismo ortodoxo ou erudito (romano), porque os caboclos quase não entendiam as falas dos padres alemães, e entendiam menos ainda as ritualísticas que eram feitas nas missas. Missas estas, aliás, que muitas vezes eram presenciadas por dois ou três caboclos, no máximo. Élio Serpa nos diz que:

O combate às manifestações religiosas populares está na esteira do ideal de construção de uma nação civilizada, através de padrões culturais europeus, cuja concretização passava na visão dos discursos intelectuais, incorporados pelas elites, pela necessidade de branqueamento da população, através da imigração, principalmente de europeus (SERPA, 1997, p.21).

Nesta missão de difundir e propagar um tipo de catolicismo desconhecido pelos caboclos, que viviam outra forma de religiosidade, frei Rogério teve diante de si uma missão árdua. Primeiramente, porque os caboclos não aceitaram passivamente aquela outra forma de viver a cultura religiosa. Como já dissemos acima, a religiosidade dos caboclos era algo

vivido no cotidiano, um *éthos* que se constituía na relação com a roça, com o gado, com a natureza. E também porque os monges, e João Maria de Jesus cumpriu bem esse papel, eram pastores de alma. Eram simples como os caboclos, e por isso eram também vistos como sendo um deles.

João Maria de Jesus nada cobrava pelas ruas rezas e benzimentos, doando prontamente o que recebia de presente. João Maria de Jesus representava para os caboclos o exemplo vivo a ser seguido, sendo também ele simples e sem posses. Neste sentido, os caboclos eram destituídos do interesse de, por exemplo, irem à missa. Atesta Marli Auras:

Eram poucas as capelas espalhadas pelo planalto afora. Em suas viagens a cavalo pelo interior, o sacerdote (frei Rogério) sempre tomava o cuidado de transportar sobre o selim os instrumentos indisponíveis para a celebração das missas. O “indiferentismo” religioso do morador do planalto – desprovido das “ótimas tradições” do imigrante de Teresópolis, angustiava frei Rogério (AURAS, 2015, p.59).

Diante do contexto acima apresentado, faz-se necessário dizer que o monge João Maria de Jesus e frei Rogério se encontraram pessoalmente, em 1897. Já dissemos que João Maria de Jesus cumpria entre os caboclos o papel de um sacerdote. Os franciscanos, obviamente, eram totalmente contrários a este tipo de sacerdócio extraoficial e regado a instrumentos populares enraizados à cultura cabocla, que podiam até demonstrar sincretismo com traços culturais indígenas e africanos. Paulo Pinheiro Machado nos diz que:

Por duas oportunidades, João Maria de Jesus teve atritos com sacerdotes católicos. Aparentemente, a principal razão dos conflitos era o fato de batizar crianças. O fato de ministrar este sacramento é visto pelos padres como uma brutal intromissão de um leigo em atividades reservadas apenas aos membros ordenados do clero. No entanto, a tradição católica prevê que qualquer cristão pode ministrar sacramentos na ausência de um sacerdote. Os relatos dos sacerdotes apontam também para outras questões. João Maria afirmava que sua reza “valia mais que uma missa”, que a Bíblia usada pelos padres não era a certa e, além disso, os caboclos não se cansavam de afirmar que João Maria nunca pediu dinheiro por suas rezas e batizados. Para os padres franciscanos, sem a atividade de João Maria de Jesus, jamais teria acontecido “o surto de fanatismo” do Contestado, mesmo tendo este personagem “se retirado” muito antes do conflito (MACHADO, 2015, p. 169)

Como vemos, João Maria de Jesus além de batizar e rezar, benzer o gado e a roça, tinha um modo de vida tão simples como o dos caboclos, não cobrava absolutamente nada pelas suas práticas, sendo uma referência viva através de seus própria exemplo no modo de conduzir sua prática religiosa popular, abraçada pelos caboclos que viam neste segundo monge um sucessor de João Maria de Agostinho.

Frei Rogério, paralelamente, representava uma Igreja que considerava ser oficialmente a única portadora e veiculadora do discurso e das práticas religiosas (SERPA,

1997, p. 81). Esta Igreja estava sempre mais próxima das elites locais, dos políticos e dos coronéis, que muitas vezes financiavam a construção de templos e auxiliavam na importação de belas imagens de santos oriundas da Europa para bem ornamentar os altares.

A simplicidade vivida pelos caboclos desconhecia estes valores ditos “nobres”, até porque estes caboclos não faziam parte da sociedade abastada. Neste sentido, a grande missão dos franciscanos seria levar “a verdadeira religião” para um bando de pessoas que eram vistas, por eles, como “ignorantes e incultas”. No entanto, essa religiosidade cabocla era o espaço no qual, fundamentalmente, os homens marginalizados construíam suas formas de resistência e luta em face do cotidiano opressor. Por isso, a defendiam com grande tenacidade (AURAS, 2015, p. 55).

Voltaremos a falar de frei Rogério quando formos analisar a figura do terceiro monge, José Maria. Por hora, sem estabelecermos quaisquer tipos de juízos de valor sobre a figura do sacerdote, compete-nos concordar com Marli Auras quando afirma que (AURAS, 2015, p. 61) frei Rogério tinha sua prática carregada de ambiguidade em relação ao catolicismo rústico do Contestado, oscilava de uma atitude de compreensão (motivada pela certeza da ignorância religiosa dos sertanejos) e uma atitude de enérgica condenação. Além disso, como atesta Élio Serpa (SERPA, 1997, p. 155) a postura da Igreja (à qual frei Rogério representava obviamente com fiel obediência) na fase de radicalização do conflito contra os caboclos do Contestado, foi de apoio irrestrito à repressão, desencadeada pelas forças governamentais.

João Maria de Jesus, este segundo monge que andou entre os caboclos do contestado e que se negou a confessar-se e ainda afirmou para frei Rogério que no dia seguinte iria à missa, mas não o fez (MACHADO, 2004, p. 170), foi visto pela última vez em 1906. Este segundo monge também não teve relação direta com a Guerra do Contestado, que eclodiu em 1912. No entanto, de forma mais incisiva que o primeiro João Maria (de Agostinho), contribuiu para a identidade da religiosidade cabocla, pois se antepôs veementemente contra as investidas do clero católico que objetivou lhe cercear e catequizar os caboclos, na tentativa de impor-lhes o catolicismo romanizado. Não se sabe ao certo como sua vida encerrou, mas para os caboclos do contestado João Maria de Jesus não morreu, ele “passou” e vive encantado no morro do Taió, como atesta Vinhas de Queiroz:

Este João Maria desapareceu nos primeiros anos do século XX, por volta de 1908. Uns disseram que morreu no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros, que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Mas os verdadeiros crentes, que eram quase totalidade da população sertaneja da área, acreditavam que ele apenas *havia se retirado*: “O grande santo, o São João do Evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas para provar os seus fiéis, vivendo por prazo indeterminado, ‘encantado’ no morro do Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p.52)

Passaremos agora à análise do terceiro monge do Contestado, José Maria, que

teve relação direta com a eclosão da guerra, e que possuía algumas características bem distintas dos dois primeiros monges.

4 | JOSÉ MARIA

José Maria, cujo nome de batismo era Miguel Lucena Boaventura, possui características distintas dos dois primeiros monges que estudamos neste trabalho. Como vimos, tanto João Maria de Agostinho quanto João Maria de Jesus foram monges penitentes e andarilhos, que “dormiam e não acordavam”, o que não ocorre com José Maria. Vimos também que os dois primeiros monges não possuem relação direta com a Guerra, e nisso também se diferencia a figura de José Maria.

José Maria surge, entre os caboclos, justamente no contexto que leva à eclosão da Guerra do Contestado. Paulo Pinheiro Machado nos diz que (MACHADO, 2004, p. 175) José Maria é mais uma figura de passado nebuloso, pouco se sabendo sobre suas origens. Sua aparição pública na região contestada ocorreu apenas no ano de 1912, quando se desencadearam diversos episódios que precipitaram a guerra sertaneja. Élio Serpa (SERPA, 1999, p. 37) atesta que José Maria era um ex-soldado da Força Policial do Paraná.

Desde o desaparecimento na região contestada do monge João Maria de Jesus, em 1906, que estava “encantado” no morro do Taió, os caboclos aguardavam a vinda de um novo monge que lhes servisse de norte. E foi no ano de 1912, seis anos após a “passagem” de João Maria de Jesus, que José Maria aparece no município de Campos Novos. José Maria era alfabetizado e tinha considerável conhecimento de ervas, dizia às pessoas que observava as propriedades das plantas para empregá-las nas curas (MACHADO, 2004, p. 176).

Não tardou para que José Maria passasse a ocupar o lugar deixado por João Maria no imaginário dos caboclos, sobretudo após (AURAS, 2015, p. 63) ter curado a mulher do fazendeiro Francisco de Almeida, que havia sido enganada. Ao recusar terras e ouro que lhe foram oferecidas pelo fazendeiro, José Maria vê, em curto tempo, sua fama de milagreiro e pouco afeito às riquezas terrenas estender-se planalto afora.

Como já mencionamos anteriormente, a religiosidade popular cabocla incluía um *éthos*, um modo de ser no mundo que estava intrinsecamente ligado à vivência de uma religião que tinha caráter prático. Os monges João Maria de Agostinho e João Maria de Jesus solidificaram este imaginário e esta vivência na vida dos caboclos, e a presença de José Maria com suas curas, receitas e renúncia às posses, fez com que ele viesse a ocupar este espaço no cotidiano dos sertanejos.

É importante ressaltarmos que diferentemente dos dois primeiros monges, José Maria é uma figura muito controversa quanto ao seu passado, recaem sobre ele até mesmo acusações de estupro (MACHADO, 2004, p. 175). No entanto, nosso foco neste trabalho recai sobre sua importância no fortalecimento do catolicismo rústico vivido pelos caboclos.

Diante da fama e da veneração que o monge José Maria passou a ter entre os caboclos, não tardou para que frei Rogério o procurasse, assim como fez com João Maria de Jesus, para inquirir este curandeiro sobre suas práticas e atuação entre o povo. Frei Pedro Sinzig (SINZIG, 1939, p. 218 *apud* AURAS, 2015, p. 64) atesta, em suas memórias narradas por frei Rogério, as impressões deste encontro por parte do representante da Igreja oficial:

Não quis dizer-me donde vinha, limitando-se a declarar que era um peregrino. Ao convidá-lo para se confessar, ele me respondeu: “Não quero dar motivo para falarem de mim”. Não se confessou, nem assistiu, no dia seguinte, à santa missa, mantendo-se deitado. São homens que iludem o povo simples com palavras sonoras e com alguns remédios, afastando-o da prática da santa religião. Contam que José Maria chamou a confissão de bobagem.

Se dermos crédito a estas memórias narradas, constatamos que José Maria não se confessou e também não presenciou a missa, assim como fez João Maria de Jesus quando se encontrou com frei Rogério. Recusando-se a compactuar com práticas do catolicismo ortodoxo, José Maria seguia com suas práticas de cura através da prescrição de receitas com ervas junto aos caboclos.

Tamanho era o reconhecimento de José Maria junto ao povo, que ele é (AURAS, 2015, p. 65) procurado pelos organizadores da festa do Senhor Bom Jesus, que seria realizada no princípio de agosto na localidade de Taquaruçu, município de Curitiba. Aceitando o convite, José Maria para lá se deslocou acompanhado de aproximadamente 300 pessoas – homens, mulheres e crianças – que junto dele não queriam mais sair (AURAS, 2015, p. 66).

Ocorrida a festa, o povo ao invés de se dispersar, lá permanece, no intuito de permanecer junto ao monge José Maria. Coronel Albuquerque, superintendente do município, não viu com bons olhos este ajuntamento, e sob a justificativa de doença de um membro de sua família, manda chamar José Maria. O monge se recusa a ir até sua presença. Intimado, então, a comparecer, responde “que a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel” (AURAS, 2015, p. 67).

Coronel Albuquerque, remetendo a insubordinação ao governador de Santa Catarina, pede auxílio de tropas para atacar Taquaruçu, onde José Maria se encontrava. Ciente disso, José Maria resolve ir para Irani, que pertencia à região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. O Estado do Paraná não vê isso com bons olhos, e o governo paranaense manda o comandante oficial de exército, João Gualberto, à cidade de Irani. Há o primeiro confronto entre caboclos e as forças oficiais. Neste confronto, o maior representante dos caboclos e do exército são mortos: o monge José Maria e o comandante João Gualberto. Era o estopim e a eclosão da guerra que gerou novo simbolismo na religiosidade cabocla. Como vimos anteriormente, João Maria de Jesus não morreu, estava “encantado” no morro do Taió. Do mesmo modo, o simbolismo criado em torno de José Maria foi imenso. Paulo Pinheiro Machado atesta que (MACHADO, 2004, p. 191) a

reelaboração religiosa processa-se através da transformação da figura de José Maria de simples curandeiro a indivíduo santificado, com qualidades proféticas. Muitos sertanejos passaram a afirmar que José Maria havia profetizado a própria morte. Visão semelhante encontramos em Marli Auras:

José Maria, aliás, não morreu. Um de seus fiéis, que participou da luta, disse que viu quando ele estava “fugindo pelas nuvens num cavalo”. Ele não havia morrido, apenas “desaparecera”. Para não atrapalhar o seu reaparecimento, a cova em que o corpo do monge foi “deitado” não foi coberta por uma camada de terra, como costumeiramente se faz, mas sim por umas tábuas. (AURAS, 2015, p. 75)

Com a morte de José Maria, novas formas de representação religiosa foram geradas, e a “santa religião” vivida pelos caboclos na Guerra do Contestado ficou ainda mais distante do catolicismo oficial representado por frei Rogério. Na Guerra do Contestado os caboclos tinham a figura de José Maria como uma liderança espiritual, e (MACHADO, 2004, p. 193) num povoado comandado por José Maria, não se praticava o catolicismo dos padres.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar as contendas existentes entre a religiosidade popular vivida pelos caboclos da região contestada, representados de forma *sui generis* por seus monges; e sua relação com o catolicismo ortodoxo da Igreja oficial, representada pelos franciscanos importados no final do século XIX, em especial frei Rogério.

O que constatamos ao longo de nossas leituras e pesquisas sobre o tema é que a Igreja oficial sempre esteve prioritariamente ao lado das elites locais e da política oficial do Estado. Neste contexto, estava incluída tanto por parte do Estado quanto por parte da Igreja a tentativa de dissuadir os caboclos de permanecerem com suas práticas populares de vivência religiosa, pois os mesmos eram vistos como ignorantes, fanáticos, destituídos de cultura, selvagens que deveriam ser educados, catequizados.

Na segunda metade do século XIX houve forte política de imigração no Brasil, com levas de italianos, alemães, poloneses, ucranianos, etc. Sendo trazidos para a região sul do país, incluindo aí a região contestada, as elites e a Igreja, no Brasil, tinham também como objetivo regenerar a sociedade, civilizando o povo pela europeização e, acima de tudo, expandir os ideais civilizatórios a todos os “pobres de Cristo” (SERPA, 1997, p. 161). Nesse sentido, tudo aquilo que envolvesse a cultura miscigenada cabocla era visto como algo a ser superado, corrigido, esquecido, reparado. Aos nossos olhos, os caboclos não foram entendidos e respeitados dentro de suas manifestações de religiosidade popular, e acima de tudo, não foram respeitados pelo modo como constituam seu *éthos*, seu modo de se constituir no mundo. Expulsos de seus pequenos pedaços de terra e de suas casas por conta da força do capital estrangeiro, estas pessoas tiveram que conviver com uma Igreja que visava (SERPA, 1997, p. 195) a reforma do catolicismo popular, em expandir todo um

conteúdo religioso em que suas práticas afinavam-se com o ideário de europeização da sociedade.

Estes caboclos, que nunca precisaram pagar um único centavo a qualquer um dos monges que aqui estudamos em função de suas práticas (batismos, benzimentos, receitas, etc.) passaram a precisar exercer (AURAS, 2015, p. 79) o pagamento de uma gorda quantia ao vigário quando, mais tarde arrependidos, quisessem “uma missa para atenção de João Maria e falar no senhor monge”. Deste modo, ainda que frei Rogério fosse respeitado por muitos caboclos, sua ortodoxia e a facilidade com que circulava nas antessalas do poder criavam, nos sertanejos, um comportamento defensivo que se manifestava numa confiança desconfiada (AURAS, 2015, p. 62).

A postura da Igreja oficial no contexto da Guerra do Contestado foi de apoio ao poder constituído. A Igreja Católica no contexto da Guerra do Contestado, certamente, não foi a igreja dos pobres. A Igreja permaneceu ao lado das elites locais e do Estado, pois, para os representantes da Igreja, os caboclos eram pessoas atrasadas que se deixaram guiar por monges charlatães e espertalhões. Os caboclos, diante das “passagens” de seus monges, mantiveram-se fiéis em suas crenças, sendo inclusive estas crenças reformuladas no âmbito da Guerra do Contestado, pois a “passagem” de José Maria e a então eclosão da Guerra trouxe outros elementos ao imaginário popular ao contexto vivido. A dicotomia se torna ainda mais explícita e drástica, quando frei Rogério é expulso, no dia 9 de dezembro de 1913, pelos caboclos no reduto de Taquaruçu (AURAS, 2015, p. 83 e 84). Na tentativa de dissuadir os caboclos de enfrentarem as forças do exército, frei Rogério visita o reduto. No entanto, é extremamente hostilizado e escapa da morte, fugindo às pressas depois de ser escorraçado. Élio Serpa nos diz que (SERPA, 1997, p. 210):

Nos municípios em que a questão do Contestado aflorou com mais intensidade, os franciscanos, aliados aos objetivos das elites dirigentes, atuavam como mediadores no sentido de fazer negociações, visando a pacificação dos caboclos, a atuavam como informantes do exército.

Como vimos ao longo deste trabalho, as contendas entre o catolicismo popular e o catolicismo ortodoxo não foram poucas. A Igreja, ao lado das elites e dos governantes, tinha consigo um projeto civilizador que incluía a catequização daqueles que a Igreja via como simplórios ignorantes. Os caboclos, por outro lado, tiveram diante de si, em diferentes épocas, personagens chamados de monges, que representaram para os caboclos a experiência de uma fé a ser vivenciada no próprio cotidiano. Para os caboclos, um Deus distante e encoberto por dogmas traduzíveis apenas por sacerdotes oficiais, era pouco atrativo. Por conta disso confiavam no santo-monge, que tinham diante dos próprios olhos como exemplo a ser seguido: o deus do oco das imbuías.

REFERÊNCIAS

AURAS, M. **Guerra do Contestado. A organização da irmandade cabocla**. 5 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

KARSBURG, A. **O eremita das Américas**. A odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 1974.

SERPA, E. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

_____. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ed. Ática, 1977.

WELTER, T. **Encantado no meio do povo: A presença do profeta São João Maria em Santa Catarina**. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden, 2018.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 